

O Povo

ORGÃO—NEUTRAL—DOS INTERESSES MORAIS E MATERIAIS DA PROVINCIA.

Assignaturas

(Para a Capital)

Por um mês..... 18000

Liberdade, Progresso, Progresso.

Assignaturas

(Para fora da Capital)

Por semestre..... 63000

Redactor e Editor—responsável—J. M. Velasco.

NOTA

O estado enfermo de um dos nossos empregados e a retirada provisória de outro, cuja falta não foi possível remediar-se logo, são a causa única da demora havida na publicação d'este numero,—demora que pedimos aos nossos assinantes, hajam de relevar.

O Povo

A suspensão do Sr. [Dr.] Metello.

Tão lucida, proficiente e desenvolvidamente ficou estudada e discutida esta matéria nos ofícios, em nosso último numero publicados, do Sr. Dr. Metello à Presidência da Província (vide principalmente o ultimo), que bem pouco trabalho nos res a esse vamo fazê-lo analysando a infeliz notícia só a epígrafe—Processo de responsabilidade,—redigida pelo Sr. Pedrosa e introduzida,—à laia de «vilão em casa de seu sogro», na gazeta do Matto Grosso, n. 24, de 15 de Junho ultimo.

Seremos breve,—e bem à nosso pezar, por quanto nunca melhor occasião que esta se nos apresentou para um estudo completo do character e das aptidões presidenciais do Sr. Pedrosa, para um pequeno tratado da moral administrativa do modesto candidato à uma província melhor que esta (que Deus empurre o figurão)!

De facto:—lê-se essa noticia e bradasse o—ecce homo!

Alli o tendes:—um mandarin insinuante e insinuador,—um pequeno khau chowamangas,—um perigo ridículo que vos ameaça, escarnece e bate contra os peitos,—o Juiz de Paz do Rio na pelle de Tartufo,—o Capitão Mór-Vereador!

Mas....entremos em matéria.

Começa o Sr. Pedrosa dizendo que, por acto de 9 de Junho, mandou (este Sr. gosta muito de mandar, se não para ser obedecido, ao menos para poder dizer que mandou!)—é uma mania como outra qualquer)—respnsabilizar o Sr. Dr. Metello, Juiz Municipal do Termo de Cuiabá, como incursão nas penas do art. 157 do Código Criminal.

Como veem, não é completa a noticia.

O exm. noticiarista—de badre, eu em bôfia, esqueceu-se de dizer que o Sr. Dr. Metello havia sido—não sómeu—

te mandado responsabilizar,—mas também—suspenso.

Faltou o—suspenso—e não podia faltar apezar da epígrafe da noticia.

E é deplorável essa falta.

Não comprehendemos mesmo que interesse podia ter o Sr. Pedrosa em separar em dois o seu glorioso acto de 9 de Junho,—dando apenas noticia da parte menos importante e até menos interessante d'elle.

É admirável que o exm. noticiarista não tenha considerado, que quem ler, fora d'aqui, a noticia do Matto-Grosso, fará com certeza da energia de seu character um bien triste juizo!

«Come? Pois este *illustre desconhecido* é presidente da província de Matto-Grosso—, em caso de tal *gratuidade*, tem a paciencia de aguardar o andamento legal desse processo de responsabilidade, appeland— para uma sentença, que a dignidade dos que a têm de prounciar, pode tornar contraria a s'seu despeitados intentos?

Que miseria!—»

Ora na realidade isto equivale á uma desmoralização—e tanto mais para lamentar-se, quanto é certo que o Sr. Pedrosa está longe de merecer-lá.

Todos sabem com que resolução e energia o Sr. Pedrosa entrou n'esta questão.

Todos sabem que o Sr. Dr. Pedrosa, perante a sua vaidade offendida accusou o Sr. Dr. Metello,—prócessou-o perante a sua propria consciencia falsoa pela despeito de que S. Ex. se achava possuido,—fez de um condenável e mal humorado interesse de desforra a base e criterio unico para julgamento do ré—Julgou-o e condenou-o e cominhou-lhe a pena e decretou a execução da mesma,—e se mandou os *papeis* para Relação, foi apenas para que esta preenchesse as formalidades da Lei,—porque S. Ex. não esperava que a Relação lhe fizesse barreira,—aplaudindo-se—sobranceira—á essa mesma Lei tão menuscabada—e esmagando com o desprezo—pretencões insinuacese e fofas ameaças tão ridículas quanto nullas!

E' pois doloroso que o Sr. Pedrosa, que tão valente se mostrou,—passe a ser por um Capitão-mór degenerado!

A culpa será unicamente sua, porém. A' que veio essa importuna modéstia, essa falta de franqueza?

Cesar, Cesari.

Disse o Sr. Ex.—Esse Juiz teve o arrojo de achar máo um acto meu (MEU!) e de protestar contra elle. Deo parte de d'ente:—apro-eitei-me do pretexto que offerecia-me favorável en-só para castigar lhe o desafro e mandei res-

ponsabilisá-lo como incuso no art. 157—um artigo como um outro qualquer mas que,—mais facilmente que um outro, se podia torcer, esticar, comprimir ou alargar até adaptá-lo ao caso,—sem muito escrúpulo.

Como, porém, a Relação podia ter a velleidade de desobedecer-me, de não presar-se a ser manivela de meus particulares interesses,—desde ver despeito meu, onde me convinha que houvesse matéria para responsabilidade do activo Juiz,—para evitar qualquer escândalo que aquelle tribunal me poderia criar ás justas pretenções, julguei não dever esperar por seu *veredito* e appliquei eu mesmo a pena do act. em que classificai o *crime*, com uma pequena mas muito *conveniente e substancial diferença*, e é, que o artigo fixa prazos para suspensão, conforme a gravidade do caso,—e eu suspendi o revoltoso por tempo indeterminado!»

Uzasse S. Ex. d'esta franqueza e estava livre de q' ofratuisse em *injustifica*

Devemos, porém, mencionar aqui uma opinião que destroce estas suposições, e que está muito propenso a aceitar apezar de conhecer, á fundo o character ingenuamente audacioso do Sr. Pedrosa.

Dizem que o Exm. noticiarista callou-se sobre a suspensão do Sr. Dr. Metello, por ter consciencia de que havia exhortado impondo á esse sobre e d'gnofuncionario, sob um frívolo pretexto, uma pena que, só depois de provada a existencia do suposto crime de responsabilidade, exageradas as formalidades da lei—a que se dá o nome de *procedimento*—e em sentença final do tribunal competente lhe poderia ser cominada,—e isto simplesmen e porque—no caso vertente a pena de suspensão não podia ser utilizada como um meio preventivo do delito, ou da continuação d'elle, mas e unicamente com o um castigo do crime processado e julgado e mesmo porque, como com muita razão diz o Sr. Dr. Metello, suspender se do emprego á um suaccionario que abandonou o cargo,—e que é uma burla—é uma sandice.

E ta opinião pode muito bem ser que seja a verdadeira.

O juiz Pedrosa, passados os primeiros, arrebatados momentos, calmo em si, viu que tinha feito o que vulgarmente se pode chamar uma tolice, o que pode do voltar atraz (porque um Capitão-mór deve sempre ir para a frente) quiz que—ao menos—para o pabl o as causas constasse como deveriam ter-se dado,—caso a justica estivesse do seu lado,—e que era exato S. Ex. que alegou se ha-de suppôr.

Mas....passemos adiante.

(Continua)

Echos da Siberia

No dia 19 do corrente foi pelo Sr. Pedrosa demittido do emprego de porteiro, que exerce na Secretaria do Governo, o cidadão Antônio Marinho da Fonseca, pelo crime de haver emprestado—por algumas horas—ao redactor do Povo,—um exemplar do Regulamento da mesma Secretaria!

Buscamos n'esse Regulamento (no proprio exemplar—causa da zelissima acção do nobíssimo Capitão mór) um artigo, um parágrafo, uma palavra siquer que justificasse o procedimento do Sr. Pedrosa—e nada, absolutamente nada encontramos!

Em que pés se baseou o valente Capitão mór para praticar tão ato?

Vamos dizer-lhe:—o Sr. Pedrosa julgou-se suficientemente autorizado a assim proceder pelo ódio veemente e cego que professa pelo redactor do Povo, ódio tão loucado que o impelle fatalmente a actos da natureza d'esse que tanta indignação tem causado á todos qu'nesta capital têm um pouco de character e de coração!

Assim pois, está decidido que o Sr. Pedrosa volte,—e com mais audacia que nunca, ao regimen das violências sem nome que ilustraram o primeiro periodo do seu capitânado e firmaram no espírito de todos a crença em sua incontestável aptidão para... administrador de alguma malóca de indios bravios, ou para feitor de alguma fazenda de escravos exaltados!

Ainda, porém, a nossa conciencia e a dignidade do povo d'esta província, que declaremos ao Sr. Pedrosa que—se é para dar semelhantes escândalos que decidio-se a fcar ainda por algum tempo entre nós—com os mandou dizer pelo Liberal;—se não tem a força de sobrepor aos seus odios particulares o bem geral da província e de seus administrados;—é de seu dever deixar imediatamente o exercicio de funções que não sabe ou não pode comprehendêr e desempeñar; é do interesse de todos, e do seu proprio interesse, que desça quanto antes os degraus de palacio e entregue a administração... não importa á quem, —á esse mesmo homem, que S. Ex. por motivo tão revoltante despidio do emprego que honestamente servia,—e que, ao menos, na presidência, não praticará com outros o que em elle praticou S. Ex.,—o que já não é por eu.

E o que temos á dizer à S. Ex. é resposta ao seu acto.

Isto em nome de todos.

Agora em esse proprio nome:

O redactor do Povo—declara ao muito alto e muito podero o Sr. João José Pedrosa,—que está muito resignadamente á espera do punishment do assassino.

Povo d'esta Colonia, está oficialmente reintegrado o regimen do caçote oficial, o reinado do terror!

Tremei e acutelae-vos!

De uma carta particular data da de 7 do corrente de S. Luiz de Cáceres, extrahimos as seguintes notícias:

Faleceu alli o Dr. Antônio Correia do Couto, vítima de uma pequena ferida em um pé, a qual gangrenou—talvez por falta de um tratamento regular.

Se louvesse n'aquelle cidade um medico ou um cirurgião, que procedesse a amputação da parte gangrenada, o Dr. Couto não estaria mór o.

Mas em Cáceres, cidade fronteira, aonde há um batallão estacionado (o 19 de infantaria), não ha um cirurgião!

—Agradeça a Província de Mato Grosso aos que a dirigem e cuide dos seus interesses,—a perda de um dos seus bons e prestantes filhos.

A expedição exploradora de ouro nas margens do rio Cabaçal da qual é director o Dr. Ramos Ferreira, chegára á Cáceres, de volta de seus trabalhos, dando a prazenteira noticia de haver encontrado ouro e de subido quilato em todo o perimetro explorado (10 leguas) no chapadão do Cabaçal e nas margens d'ese rio e de alguns dos seus afluentes.

A 30 do mez proximo findo desceram alguns dos membros dessa expedição á Corumbá com o intento de alcançar o paquete de Juiô e seguir com destino á Buenos-Ayres, onde vão buscar trabalhadores, máquinas e ferramentas para dar co-meg aos trabalhos de extração.

Os habitantes de Cáceres estão satisfeitos e animados.

Esperam que a sua cidadade seja em quatro ou cinco annos—a primeira da província em população e riqueza.

Que Deus os attenda.

Informa-nos pessoa muito fidigna, moradora no distrito da Chapada, que os indios Coroados estã novamente descendo ás serrões, com manifeste intento de reconectar as suas fatais correrias.

Há poucos dias achav. m-se elles estacionados, pode-se dizer, nas terras do sítio do Sr. Generoso Alves Corrêa, denominado Quilombo, e erguendo ainda nenhum assassinato houvessem per-

petrado, os moradores d'aquela imediações estavam aterrorizados.

Estamos poir, se não se tomar d'esde já as mais energicas providencias, ameaçados da renovação das scenas de sangue e devastação que a nda ha bem pouco tempo encheram de luto e consternação a populaçao agricola dos mais cultivados distritos da província e fez nutrir-a todos os que sinceramente a amam e por ella se interessam-as mais serias aprehensões sobre o futuro da lavoura,—abandonada indefesa á saúla tigrina dos selvagens.

Invocamos a attenção das authoridades competentes para esta noticia cuja veracidade garantimos.

Temos uma bem triste e dolorosa experientia do que pode o desleixo, a iraquaça, a irresoluçao a indifferençā,—ou o que melhor nome tenha, dos d'nos da Colonia em caso de tanta gravidade. A' v'r se ella aproveita.

Informa-nos que o Sr. Dr. Pedrosa está trabalhando activamente na confeccão do relatorio que o individuo Pedra, actual chefe de polícia da província, tem de apresentar á presidencia, sobre os seus feitos em Corumbá.

Crêmos que o cativello Verrador faz bem em não confiar do seu digno protegido o feito de tão misericordiosa peça.

Aquella celeberrima plula do «outro-sim»—[um ofício á Ex. Pereira /], deve ter-lhe dado a medida exacta das aptidões intelectuais do homem do zino e da perspicacia, o rival—vencedor—do famoso Matias Vinhas!

E preciso porem, que S. Ex. repare que já está demorando muito a publicação d'esse e dos mais documentos relativos aos negócios de Corumbá, promettida solemnemente no despacho proferido pela presidencia no requerimento em que o Sr. Dr. J. M. Metello pedia por certidão o theor da ordem da remessa do dito individuo Pedra para aquella cidade.

Quem saba se S. Ex. ao dizer ao Sr. Dr. Metello que aguardasse a publicação d'essas peças officiaes, tinha em vista a data em que, por ordinário natural da publicação do seu expediente, as ditas peças devem apresentar-se nas columnas da *Provincia de Mato-Grosso*, isto é, lá para Junho do anno 2000?

Este Sr. Pedrosa, este Sr. Pedrosa!

Dom Carlos Leuz d'Amour, por recomendação de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo da Diocese de Cuyabá etc, etc.

Pela presente nossa Portaria, Hacemos por bem do serviço da Igreja suspender *excommunicatio conscientia* do exercicio de suas ordens o Benficio Parochial o Reverendo Curia da Freguezia da Sé d'esta Capital, Conde Joaquim de Souza e Silveira.—O Reverendo Conde Secretario das

nossa Camara Ecclesiastica, depois de registrar esta integralmente no livro competente, a transmítirá a seu destino. Resideacia Episcopal de Cuyabá 22 de Julho de 1879.

↓ Carlos, Bispo de Cuyabá.

— Não é nosso intento entrar na apreciação da justiça do acto de S. Ex. Rev.

Cremos, porém, de nosso dever considerar que a pena de suspensão *ex informata conscientia* é grave de mais para que seja imposta sem um muito seguro e certo critério.

A vivemos mais: — não devêra já mais ser impôs-a, ao menos pelas apparencias odiosas com que se apresentam sempre quæsquer penas da natureza desse: a que se encontra homonymas nos códigos absolutistas dos mais barbaros e atrasados povos.

Um verdadeiro discípulo de Christo não castigará jamais com ella — faltas ou abusos, que meios brandos e fraternas — mais facil e seguramente conseguiram destruir que os violentos.

Segundo nos informão, o Sr. Conde de Caldas está decidido à renúncia á sua ordene e benefícios eclesiastico e a retirar-se á vida privada.

Em suas condições procederíamos de identica maneira.

Por Portaria do Ministério da Guerra de 2 de Abril ultimo, publicada em Ordem de Dia — n.º 77 do Quartel General, foi transferido do 8.º batalhão de infantaria para o 1.º da mesma arma — o Snr. Tenente Alfredo de Souza Tavora.

Pedimos a publicação da seguinte notícia, que, com prazer, inserimos aqui:

No dia 31 de Maio último ás 5 1/2 horas da tarde na Igreja matriz d'esta Capital, uniram-se em matrimônio a Exm^a Sra. D. Amélia Antunes Maciel com o Sr. Joaquim Martiniano dos Santos Velho, sendo testemunhas do acto, S. Ex. o Sr. Deembargador Daniel Luiz Rosa e o Sr. Capitão Sabino Fernandes de Souza.

Por carta recebida do Rio-abaxo soubemos haver falecido no dia 20 do corrente ás 10 1/2 horas da manhã o filho mais moço do Sr. José Marques de Fontes, — Joaquim Marques de Fontes, vítima de prolongada e cruel enfermaria.

Ao nosso bom e digno amigo e a S. Exm^a família enviamos nossos sinceros pesares por tão doloroso acontecimento.

Apresentamos á consideração publica o requerimento seguinte, que endereçamos á Presidencia da Provincia — o qual foi pelo S. Ex. Dr. Pedroso devolvido — seja despacho algum.

Mais tarde apreciaremos convenientemente — mas esta — prova prática —

odo que esse Snr. nos veta — e que tem feito á bióla de seu procedimento oficial, em muitos casos de interesse geral.

Requerimento:

Ilmo. e Exm. Snr. Presidente da Província — José Maria Velasco, cidadão brasileiro em pleno goz. de todos os seus direitos políticos e civis, usazido la atribuição que lhe garante o artigo 179 § 30 da Constituição Política do Imperio, — vai representar ao Governo Imperial contra os desmandos, os abusos de autoridade, todas as illegalidades, emfim, mais ou menos violentas e criminosas, por V. Ex. praticadas desde que assumiu o governo de sua vítima, que se chama a Província de Matto-Grosso, até o dia da demissão do cidadão que, na Secretaria do Governo, exercia o emprego de portero, — ou antes, até o dia em que a representação do supplicante contra V. Ex. seguir ao seu destino.

E como, para melhor comprovar as varias allegações da dita representação, precise o supplicante de alguns documentos, que somente V. Ex. lhe poderá ministrar, ou mandar ministrar, attento que — alguns d'elles são ditos — reservados — e outros o são de facto, pelo escandaloso e condenável estadele, atrazo em que se acha a publicação do expediente do Governo, de modo á annullar completamente a faculdade, senão o dever, consagrado pelo nosso direito Constitucional, que tem todos os cidadãos brasileiros — de intervir na administração do seu paiz, — malysando, censurando ou, no vando, os actos, em beneficio da pátria e da sociedade; o supplicante, confiado na dignidade e sobre tudo nos efeitos do proprio interesse de V. Ex., cou a que não sofrerá uma repulsa que será um attentado, não só contra os seus direitos, como contra o character que V. Ex. — o passa a pedir — por hoje — que V. Ex. lhe mande passar por cidadão o theor do officio da presidência da província ao comando interino das armas da mesma — ordenando a prisão do Tenente Alfredo de Souza Tavora, mandado — na occasião — por em liberdade por alvará de sedura do Juiz da Direita da Comarca, — e bem assim o theor do officio da dita presidência ao Ministério da Guerra — explicando a necessidade d' aquella prisão, — officio em que, entre outras coisas, seguidamente declarou verbal de V. Ex. ao proprio supplicante, assinava a presidência — haver tido semelhante procedimento — para evitar que durante a sua administração se desse o fach de S. Ex. asssinando o chefe de polícia da Província.

O supplicante sabe que V. Ex. — pode, bem que não temia o direito de fazer, — negar-lhe as certidões pedidas — e por pedir — esperar, porém, que V. Ex., intiligente, como dizem que é, refleja sobre os deprimentes conseqüências á que não — «indefeso» — ficaria — «não» — na que defensão — fará pagar nessa Capital e fora, achará — infelizmente para com a propriedade do supplicante um procedimento, que parecerá ainda que realmente o que seja, — una demonstração de fraqueza, rexei e cobardia, que, inquestionavelmente — traria fundo lastro na reputação do actual administrador da província — e de força irreal de que tanto hei elle misso em suas subjetos tanto com os seus administrados, em geral, — como, em particular, com os funcionários publicos que lhe são subordinados;

O supplicante E. R. Mc. G. — 22 de Julho de 1879. — José M. Velasco.

Expediente do cacetete oficial

Foi demitido em data de 22 do corrente do cargo de Collector das rendas provincias de Corumbá, o Sr. Miguel Paes de Barros, — pelo crime, segundo somos informado, de professar opiniões revoltosas contra *papai Jupiter*, o *Catitiquassu* como lhe chamão lá por aqueles clima.

Nossos cordiass parabens ao Sr. Miguel Paes de Barros. — a primeira das illustres victimas do *cacetete oficial* em Corumbá.

Também foi demitido, em data de 25, do cargo de Juiz Municipal Supplente do Termo de Corumbá o S. Joaquim Thimotheo Ribeiro, sob o pretexto de haver incompatibilidade entre esse cargo e o de despachante da Alfândega, — que c' mesmo Sr. ali exerce, — mas realmemt — por haver tido a ossadia de protestar contra a remessa de individuo *Pedra* para Corumbá, em incoscavo da Lei, da Justiça e da dignidade das autoridades judiciais d' aquella Comarca, — e também para *caso* — de certa hombriada política e de character, que não está de acordo com algumas aspirações de disciplina partidaria, julgada boa para maior gloria de Deus e prosperidade da patria!

Em nosso numero proximo demonstraremos — a verdade — d'esta nossa assenço.

Desde já, porém, enviamos ao digno Sr. Joaquim Thimotheo Ribeiro, — a victimas do *cacetete oficial* em Corumbá, — a nossa fraterna saudação, — mais ainda, — as nossas sinceras ovacões.

A PEDIDO

Snr. Redactor

Carregado de defender a minha propriedade pelos meios legais, sei que até hoje tenha podido obter justiça, e vendo que os meus perseguidores, contando com a impunidade, cada vez se tornam mais audazes, recorro ao seu conhecimento, — jornal, não só para dar a conhecer o publico os danos e prejuizos que tenho soffrido, como para chamar a attenção das autoridades perante quem pleiteio pelos meus direitos.

A trinta annos mais ou menos fui criado por doação de meu sogro o Sr. Manoel Antonio Peixoto, umasunaria (hoje denominada Mortinhos) concedida nas sobras da *Reserva* já no dia 6 e demarcada pertencente á Joaquim Gomes, filhos de ambos nunca tivemos propriedade, — o meu direito de propriedade — sub o pretexto de que as mudanças não estavam medidas, — agora existem os seus mecos.

Conti mandado p'os ellos com a sua notaria a perturbar minha posse, — azendo casas e regis em meu bairro, — deliberei querer o respeito do Juiz Comissário — que é — o que se fazem *lá* — aí —

laridades mas não obstante requeriam d'ella vistoria, allegando que haviam sofrido prejuizo, quando, com certez, estavam convictos do contrario e só queriam provar a sua aprovação, tanto que nunca trataram de promover a vistoria e foi preciso que eu a fizesse à minha custa e pagasse todas as despesas?

O Sr. Dr. Antonio Alves, que como agrimensor fez a vistoria, reconheceu e declarou que a medida da minha sesmaria e opas havia, do 3.^o ao 4.^o muro (pois que não quizeram mostrar este que caião para o berto d'a rua) entram 60 metros na linha d'elles; e o Sr. Presidente da Província, ouvidas todas as partes interessadas, mandou passar-me o competente título, depois de pago os respectivos direitos.

Quando eu pensava, após tantos trabalhos e sacrifícios, entrar no giz e pac fio d' minha propriedade, po s q' os meus confrades já não podiam allegar a falta de medição, eis q' se apresenta mais provocador e audaz q' nunca o Sr. alferes Agostinho das de Melo, fizendo essa e plantações dentro da minha sesmaria e ainda aconselhando q' o procedimento a outros!

Tratei desse fogo de procurar pelos meios judiciais a sustentação dos meus direitos. Diversos obstáculos, porém, tem para'y a lo o andamento da causa, se do o principal: f'ita de esrivão no Juiz de paz, onde deve ter lugar a conciliação. A Camara municipal, por motivos políticos, no mes de Fevereiro d' anno passado, demitiu o esrivão desta freguesia e, contra as reclamações des quatro Juizes de paz, obrigou a servir com o da subdelegacia, q' caprichosamente tem-se negado a cumprir suas obrigações no Juiz de paz.

Pra se fazer idéa do malo por que f'acionou aqui o Juiz de paz, basta q' se saiba q' eu, desde Novembro do anno passado, requeri uma conciliação, para a qual já as partes foram citadas cinco vezes, e ella até hoje não se verificou por falta do escrivão!

S'ci q' o Juiz de paz desto anno, o Sr. Alferes Augusto Cesar Leite Pereira, depois de muito bigodeado pelo escrivão da subdelegacia representou ao Sr. Juiz de Direito e à Camara municipal; porém ainda nenhuma providencia houve e por isso o dito Juiz passou a juri'dicção ao 4.^o este ao 1.^o, e este não tendo a quem passar, por que o 2.^o está impedido, remeteu os papéis à Camara e assim estamos desde Março sem juiz de paz!

Discreto, e mo me acho, de fazer valer o meu direito e obter justiça,

só me resta o mero de repellir a violencia com a violencia, vis, vi, rete-

itur— O que farei se as authoridades competentes não me prestarem o apoio a que tenho direito.

Merrinho 8 de Julho de 1879.

Reginaldo Gonçalves de Queiroz.

Aos militares da Guarda de Cuyabá

N' marcha em que vão os militares das mais províncias d' Norte do Imperio, precisando conjurá por todos os meios o seu alcance as idéas apresentadas e sustentadas pelo nossos irmãos da Corte, contra os que na Camara temporaria trabalham para o esmagamento da classe militar no Brasil,—incontestavelmente, bem que indo grado no so, nós, os militares da guardaria de Cuyabá somos os que ocupamos a retaguarda.

P' reu absurdo que possamos ser indiferentes á nra causa, que não só é sólamente nossa, mas a verdadeira causa da Patria, e isto quando são tão vivas e palpitan's as nossas agonias morais e materialmente declarado e reconhecido o rebaixamento de nossa dignidade em face do paiz inteiro e das outras naçõ's.

Simplesmente devemos por mais tempo nos sujeitar á ser o joguetes das levianidades de quaesquer politiques,—o martyr de quanto absurdo sistema económico se apresente,—o vasto campo das impoções de todo mundo.

Unamo-nos.

Unamo-nos quanto antes, porque cada hora que passa, assignala mais um degrau q' nos force à decer na escala de nossa ruína e degradação.

S' na mais perfeita união podermos encontrar os elementos necessários para a luta q' nos provocaram e as esperanças do triunfo q' a n'bicionamos e de que precisamos para segurança de nossa paz e prosperidade.

Com a formação de uma associação militar activa—e a criação d' um Club—onde possamos—por meio da discussão séria e bem intencionada nos esclarecer sobre os trabalhos á realizar á bem das necessidades gerais da classe e os meios a empregar para tê-la firme na posição q' querem—insensatos—aparecer, teremos assentado brillantemente as bases de nosso p'sto de honra em meio aos nossos irmãos de alem,—teremos dado começo de um modo j' util ao cumprimento de nossos sagrados deveres.

E que riam-se,—escarnecedores dos nossos esforços, os nossos fatuos inimigos—mais nos iremos n's, os fracos de hoje, mas os fortes de amanhã,—no dia q' tivermos atirado entre as suas desmudadoras intenções e os nossos direitos—e reais interesses da patria,—uma barreira invencível! Irmãos!—a imediata criação de uma associação e de um club militares n'esta garnição, como um centro de resistência na Província e um apoio energico e proficio ao centro militar na Corte,—é de tão grande e manifesta necessidade,—q' não ha razão q' resiste.

Como um foco attractor e vivificador que será,—constituir-se—ha elle em poderoso elemento e irribalável sustentáculo d'essa união, n'o constrangida, mas livre, affectuosa, constante e criteriosa q' será o nosso arrimo nos dias de vicissitude nossa e dos nossos futuros irmãos de classe,—e uma firme e segura garantia da nossa glória e prosperidade.

E a união é tudo por que a união—é a força.

Irmãos.—O futuro da nossa classe, que é também o futuro da patria, como um clarim de batalha, tocou à reunir.

Eia!—ao campo da hora.

Um por todos.

Aos maiores que vem para bem.

Tendo eu contractado com Matheus Almeida Lara a compra da escrava Anacleta, de 44 annos de idade, pela quantia de 550\$000 reis, não pude levar a effeito essa compra em rasão da oposição feita pelo collector Firmino Rodrigues Ramos q' zeloso pelos interesses da Fazenda Provincial classificou-a de do ôs. Representei ao Exm. Presidente da Província expondo o ocorrido, e tive por despacho que—“á vis a das terminantes disposições do artigo 1.^o da Lei n. 5 de 5 de Julho de 1852, na ia h' a definição p' te o collector procedido de conformidade—com a mesma Lei”—N'io procedeo tal;—preterior formulæ, abusou, offen leo a reputação alheia e ficou impune, por que.

Ex. tem a mania de acreditar cegamente os accusados scus subordinados,—o que é um prodigio.

Nao comento, porque—se a escrava tivesse os requisitos q' cultiva em mente, levaria a questão para outro terreno e por certo faria valer o meu contracto: porem o interstício que houve entre a informação e o despacho de S. Ex., demorou tempo a conhecer bem a eserava: por tanto, muito agradecço ao Sur. collector e a S. Ex. o importante serviço.

Cuyabá 22 de Julho de 1879.

José Gehringer de Almeida.

Anuncios

EULALIO D' MELLO GUIMARÃES mudou o seu estabelecimento comercial para a rua Peña, em frente à casa do Sr. Major Capistrano.

Taboas de cedro seccas, encontrase á venda, por preços razoaveis, em casa de Marques Muniz Filho & C°.

S. D. P
a Amor á Arte.

Em sessão da directoria a 13.^o do corrente, foi decidida a supressão da palavra intransferivel n's certões de convite, para os espectaculos, festejos, &c. contanto q' prohibido o ingresso no theatre, sem a previa exhibição dos referidos certões.

Cuyabá 15 de Julho de 1879.
O.P. Se. retario.

Militar Thomas Gonçalves.

Typ. do Povo—à rua do Barão de Melgaço, casa n. 39.